



Análise do Discurso da Revista *Veja* sobre o MST: um Estudo sobre os Efeitos de Objetividade¹

Tito Eugênio Santos SOUZA²

Andréa Cristiana SANTOS³

Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

Resumo

A noção de objetividade é frequentemente associada à prática jornalística. No entanto, quando se considera a notícia como um discurso socialmente construído, identifica-se que diferentes sujeitos participam da sua enunciação. O discurso jornalístico remete sempre a outros discursos, que são revestidos de conteúdo ideológico. A partir do uso da metodologia Análise do Discurso, este artigo pretende investigar de que forma é simulada a objetividade jornalística na cobertura da revista *Veja* sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este artigo identifica ainda outros discursos aparentemente implícitos, enunciados a partir da escolha das fontes e da organização do texto.

Palavras-chave: jornalismo; notícia; objetividade; discurso; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1. Introdução

No campo jornalístico, o processo de construção da notícia frequentemente está associado aos paradigmas da objetividade e da imparcialidade, considerados pressupostos básicos do fazer jornalístico. No entanto, as notícias não reproduzem fielmente a realidade. Enunciar o discurso da isenção total é o mesmo que destituir o jornalista de subjetividade. Além disso, a matéria jornalística constitui-se numa prática social de linguagem, na qual a formação ideológica lhe é inerente.

Segundo Mariani (1999), o caminho de reflexão proposto pela Análise do Discurso conduz ao questionamento da noção de sentido literal e de objetividade da comunicação, pois o fato na linguagem não é uno nem homogêneo. Os sentidos não são determinados a priori, uma vez que são construídos numa dada formação sócio-histórica. Por conseguinte, “todo discurso remete a um outro discurso, (...) de tal modo

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Júnior, na Divisão Temática de Jornalismo, do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo em Múltiplos Meios do DCH III-UNEB, e-mail: eugenio.tito@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora Mestre em História Social, do Curso de Comunicação Social - Jornalismo em Múltiplos Meios do DCH III-UNEB, email: andrea.cristiana@gmail.com



que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade” (ORLANDI apud MARIANI, 1999, p. 109).

O conceito de objetividade, embora seja uma representação paradigmática no campo jornalístico, exhibe fragilidades quando é posto em causa pela Análise do Discurso. Na concepção da socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1999, p. 75), a objetividade pode ser entendida como um “ritual estratégico”, e “os jornalistas invocam sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”.

Diante da importância desse paradigma no campo da produção jornalística, o presente artigo tem como objetivo analisar o discurso da revista *Veja* sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerando-se os efeitos de produção dos sentidos. Para tanto, procedeu-se à análise de uma matéria publicada pelo referido periódico em 28 de janeiro de 2009, época em que o MST acabava de completar 25 anos de fundação. A escolha deste corpus, embora pequeno, é relevante devido à ocasião em que foi publicado – o memorando histórico do movimento, que completava 25 anos – e os efeitos de sentido que podem ser analisados na matéria.

2. Representações de Objetividade no Discurso Jornalístico

O conceito de objetividade, enquanto paradigma norteador da prática jornalística, surgiu originalmente nos Estados Unidos, no final do século XIX. Em um contexto de supremacia do pensamento positivista, tal concepção referia-se à possibilidade de reprodução fiel dos acontecimentos do mundo real. A subjetividade humana era considerada um obstáculo que se impunha entre a ciência e os seus objetos de estudo.

Surge, assim, com o positivismo, a distinção entre o fato e o juízo de valor, entre o real e a valoração humana do real e entre o acontecimento a ser estudado e a opinião. Essa distinção representou um divisor de águas em outras ciências humanas como o direito, a sociologia, a história, a ética e, conseqüentemente, o jornalismo. Deriva daí a distinção que hoje fazemos entre jornalismo opinativo e informativo (BARROS FILHO, 2008, p. 14).

Nesse sentido, o papel do jornalista não seria emitir opiniões sobre os acontecimentos, mas tão somente reproduzi-los na notícia, como se esta fosse um



“espelho” capaz de refletir fielmente a realidade. As notícias seriam, portanto, reflexos do real. Por esta perspectiva, amplamente conhecida como “teoria do espelho”, os jornalistas seriam *comunicadores desinteressados*, limitando-se ao relato preciso dos fatos, separando a opinião do fato em si (TRAQUINA, 2004).

No intuito de racionalizar o processo de produção das notícias, foram desenvolvidas técnicas que prescreviam um estilo redacional impessoal, caracterizado pela ausência de qualificativos e pela ocultação do jornalista, através da atribuição da informação às fontes. “Dessa forma, o uso de técnicas precisas de descrição do real, ao retirar do jornalista parte do seu poder de manobra como codificador, retira-lhe também parte de sua responsabilidade. Não é o repórter quem fala e escreve, e sim a realidade por ele espelhada” (BARROS FILHO, 2008, p. 17).

Para Gaye Tuchman (1999), os jornalistas utilizam-se de determinados mecanismos para alegar que o que escreveram é objetivo. Assim, a objetividade seria um procedimento rotineiro, um “ritual estratégico”, a fim de proteger os jornalistas dos riscos inerentes à sua profissão, como as críticas e os processos jurídicos por difamação. Deste modo, “os jornalistas invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos limites cognitivos da racionalidade” (idem, ibidem, p. 75).

Contudo, apesar de a objetividade ser considerada um ritual, a linguagem produz sentidos históricos definidos pela formação discursiva dos sujeitos implicados na ação social. Assim, o conceito de discurso implica dois componentes: o enunciado e a enunciação. Enquanto o enunciado corresponde à “história contada”, ao que é dito, a enunciação refere-se à maneira de contar a história, a forma de dizer. Por conseguinte, enunciado e enunciação estabelecem uma relação de pressuposição recíproca, de modo que um não existe sem o outro.

Conforme assinala Barthes (1988), em termos de discurso, a objetividade é uma ilusão referencial. Isto porque toda enunciação pressupõe o seu próprio sujeito, não importando se este se exprime de forma direta, em primeira pessoa, ou de maneira indireta, utilizando-se da terceira pessoa. O que muda é apenas a forma como o sujeito se coloca no seu discurso.

Segundo Peruzzolo (2004), a objetividade constitui-se num efeito de afastamento que permite ao jornalista isentar-se do discurso que ele mesmo produz. Certos recursos, como o de produzir o texto jornalístico em terceira pessoa, contribuem



para “fabricar a ilusão do distanciamento, pois, de todo modo, a enunciação está lá, filtrando por seus (...) valores e fins tudo o que é dito no discurso” (idem, ibidem, p. 164).

Desse modo, mesmo sob a aparência da objetividade, o discurso jornalístico produz sentidos sobre a realidade social e, muitas vezes, denunciam a natureza ideológica dos sujeitos implicados na ação. Identifica-se também que, muitas vezes, o jornalista produz um sentido que contraria rituais de objetividade que seriam importantes para haver uma informação correta sobre o fato e as suas implicações junto à opinião pública.

3. O Discurso da Revista Veja sobre o MST

A matéria intitulada “O Manual da Guerrilha”, assinada por Otávio Cabral, atribui características guerrilheiras ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O texto foi publicado na edição 2097 da revista semanal, com data de 28 de janeiro de 2009, mês em que o MST completava 25 anos de fundação. Ao longo de suas cinco páginas, a matéria utiliza-se de fotografias e outros elementos visuais que remetem ao seu discurso sobre o MST.

Em vez de situar o leitor no contexto do surgimento do MST, a reportagem limita-se a apresentar dados que enfatizam os conflitos e as perdas humanas e materiais. As metas do movimento não foram sequer mencionadas, nem mesmo considerado até que ponto elas foram atingidas ou não. Não foi concedida ao MST a oportunidade de avaliar as suas ações no decorrer de 25 anos de existência.

No decorrer da matéria, é construído um discurso repleto de avaliações negativas acerca do MST, abordado como um movimento violento e transgressor. Além do título principal, o subtítulo reforça esta caracterização ao mencionar a existência de uma “cartilha secreta do MST”, que supostamente orientaria as ações dos seus militantes. Roubo, fraude de cadastros do governo e fabricação de bombas e trincheiras são citados como condutas prescritas pela “cartilha”.

A reportagem inicia-se com a narração de um acontecimento ocorrido no município de São Gabriel (RS) envolvendo cerca de 800 integrantes do movimento, em abril de 2008. No plano narrativo, podem ser identificados dois momentos distintos. O primeiro, que antecede a chegada dos sem-terra à fazenda *Estância do Céu*, é descrito



como um momento de tranquilidade: “o cenário, de tão bucólico, parecia um cartão postal”. O segundo, por sua vez, corresponde à “depredação” da fazenda, associada à ação do MST no local.

Em relação à narrativa e ao discurso, a passagem de um momento a outro é assinalada pelo verbo “invadiram”, que denota uma mudança abrupta de situação. Ora, o uso deste termo revela a interferência do discurso dos proprietários de terra no texto jornalístico. Conforme salienta Indursky (1999), o discurso dos sem-terra se refere à *ocupação* da terra, ao passo que no discurso dos proprietários rurais esta prática é designada por *invasão* (grifos da autora). Embora esta dupla designação possa ser considerada pelo viés da sinonímia, as palavras *ocupação* e *invasão* pressupõem discursos antagônicos. A primeira tem como referente a terra improdutiva, filiando-se à ideia de redistribuição desta terra. A segunda, tendo como referente a terra possuída, enfatiza o sentido de violação da propriedade, fazendo soar o discurso jurídico sobre o direito à propriedade.

Dessa forma, há uma visível divergência ideológica entre proprietários de terra e sem-terra. De um lado, está a noção de propriedade privada, fundamental para a ideologia capitalista; de outro, está a ideia de propriedade coletiva, intimamente relacionada à ideologia comunista.

O MST surge em nosso cenário político e econômico propondo-se a lutar por mudanças sociais no país e pela construção de uma “sociedade sem exploradores e explorados” a partir da superação da propriedade privada dos meios de produção, o que considera ser a estrutura central que sustenta a constituição das relações sociais nos moldes necessários para a manutenção do modo de produção capitalista (MELO, 2003, p. 113).

Assim, a narrativa jornalística estrutura-se em torno do discurso de violação da propriedade privada, ressaltando a ilegalidade do ato praticado pelos sem-terra. A estes é atribuída a perturbação da ordem capitalista vigente: “armados com foices, fâcoes, estilingues, bombas (...), os sem-terra transformaram a Estância do Céu em um inferno”. Nesta passagem, a oposição céu/inferno atesta a influência do discurso religioso, que distingue o bem (personificado pelo proprietário de terra) do mal (representado pelo MST).

O uso do termo “barbárie”, no segundo parágrafo da reportagem, remete a um estágio primitivo e caótico da condição humana. Ao enquadrar o MST sob o signo da



“barbárie”, procede-se a uma deslegitimação do movimento enquanto forma de organização popular.

Além disso, a matéria sugere que houve uma mudança de estratégia na atuação do movimento, no decorrer dos seus 25 anos. Se inicialmente as “invasões” tinham por objetivo “pressionar o governo a repartir a terra”, agora “o modo de agir do MST, muito parecido com o de grupos terroristas, é uma estratégia”. Para corroborar estas afirmações, recorre-se às provas auxiliares, identificadas na reportagem como “documentos internos do MST” compondo um “manual da guerrilha”. Deste modo, constrói-se um efeito de referencialidade ou realidade, já que “a apresentação de provas auxiliares consiste na localização e citação de fatos suplementares, que são *geralmente aceitos como verdadeiros*” (TUCHMAN, 1999, p. 80).

Ao expor o conteúdo desses “documentos”, o texto jornalístico apropria-se do discurso do outro (MST) para fundamentar o seu próprio discurso. Isto lhe permite construir uma representação bastante específica do Movimento Sem Terra, conferindo-lhe um caráter paramilitar e subversivo: “o manual expõe uma organização claramente assentada sobre um tripé leninista, com doutrinação política, centralismo duro e vida clandestina”.

Tuchman (apud TRAQUINA, 2004) avalia que a noticiabilidade, ou capacidade de um acontecimento transformar-se em notícia, resulta de um processo de múltiplas negociações legitimadoras do *status quo*. Por conseguinte, os grupos sociais que agem fora da norma são considerados marginais “e a sua marginalidade é tanto maior quanto mais se afastarem do social legitimado, através da afirmação de atos de violência” (idem, ibidem, p. 198).

Os números apresentados no quarto parágrafo da reportagem associam os integrantes do MST a algumas práticas criminosas, marginalizando-os. Estas práticas encontram-se elencadas em uma tabela de dados, que exerce a função de prova suplementar. Os dados estatísticos servem, portanto, como elementos comprobatórios do que é dito no texto.

No quinto parágrafo, os “manuais da guerrilha” são comparados a “*best-sellers*”. Esta expressão estrangeira, que designa os livros “mais vendidos”, remete à lógica capitalista de compra e venda de produtos culturais. Os “manuais da guerrilha”, ao contrário, representam a contestação à ideologia capitalista. Com este deslizamento de



sentidos, ao mesmo tempo em que é rejeitado o discurso comunista do MST, justifica-se a manutenção do *status quo* vigente.

No mesmo parágrafo, afirma-se a existência de uma “configuração de guerra” no interior do movimento. A “derrota da burguesia”, “o controle do estado” e a “implantação do socialismo” seriam os seus objetivos declarados. Em suma, toda a atuação do MST adquire matizes de conspiração comunista, sendo reafirmada por fontes especialistas, coletadas intencionalmente pelo repórter. A frase do filósofo Roberto Romano, ao final do parágrafo, é bastante elucidativa neste sentido: "O MST está se filiando à tradição leninista de tomada violenta do poder por meio de uma organização centralizada e autoritária".

Mais adiante, as atividades do movimento são discutidas do ponto de vista da “eficácia”. As “invasões” e os “acampamentos” equivalem a estratégias militares, e o resultado da “guerra” é consequência da performance realizada pelos militantes do MST. Neste conflito, os inimigos estão claramente definidos: de um lado, proprietários de terra, de outro, sem-terra. Não há possibilidade de conjunção de forças. A vitória de um grupo representa, portanto, a derrocada do outro.

Diante da divergência de interesses, o discurso jurídico recai como mediador do conflito. Entretanto, como não há conciliação aparente, a punição incide sobre o MST. Neste momento, invoca-se o parecer do promotor Luis Felipe Tesheiner: “Não se trata de remover acampamentos. A intenção é desmontar bases usadas para reiterados atos criminosos”.

No último parágrafo da matéria, a ocorrência de uma “transmutação” política é atribuída ao movimento. Esta transformação seria reflexo de uma reorganização da conjuntura política nacional decorrente da chegada de Lula e do PT (Partido dos Trabalhadores) ao poder. É como se a entrada destes novos atores representasse uma mudança brusca no enredo da história, havendo uma “trégua” nas disputas.

A relação do MST com o governo Lula é descrita como um jogo de interesses recíprocos. Em troca de posições de destaque no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), os militantes do movimento teriam amenizado suas críticas ao governo federal. As hostilidades passaram, então, a ser dirigidas aos políticos de oposição a Lula, “como a gaúcha Yeda Crusius e o paulista José Serra”.

Em seguida, pontua-se que “a reputação do MST acompanha sua guinada violenta”, estabelecendo-se uma comparação entre passado e presente. Enquanto no



passado o movimento era admirado pelos brasileiros, a imagem atual do movimento é associada à violência. Uma pesquisa do Ibope é citada como fonte para esta afirmação.

O texto jornalístico encerra-se com a seguinte máxima: “Às vezes é preciso tempo para enxergar o óbvio”. Desta forma, o enunciador se posiciona como alguém capaz de ver o que mais ninguém vê (ou finge não ver). É, portanto, uma forma de se incluir no discurso de uma forma sutil, mas sempre com um certo afastamento.

O uso frequente de construções adjetivas ao longo da matéria (“típica propriedade dos pampas gaúchos”, “cenário bucólico”, “ações repletas de explosão e fúria”, “face guerrilheira do MST”, “rotina militarizada”, etc) sugere um envolvimento do enunciador com o seu discurso. Por outro lado, o emprego de declarações entre aspas, bem como a produção do discurso em terceira pessoa, criam um efeito de imparcialidade. Peruzzolo (2004) considera que estes artifícios têm a finalidade de produzir a sensação de verdade objetiva, evitando que o enunciador arque com a responsabilidade do que é dito, já que é a opinião do “outro” que está sendo transmitida.

Por fim, as imagens utilizadas ao longo da reportagem conferem um maior grau de “concretude” ao texto. Fazendo referência a certos temas (“manual da guerrilha”, “invasão de propriedades”, “militarização”, “alianças com o governo”), estas imagens promovem o cruzamento da linguagem icônica (não-verbal) com a linguagem escrita (verbal). Trata-se de um esforço codificante no sentido de validar o discurso construído, atribuindo-lhe tanto coerência interna (centrada na estrutura narrativa) quanto externa (baseada em elementos do real).

4. Do Texto ao Contexto Histórico

No pensamento brasileiro dos anos 50 e 60, a reforma agrária era concebida como um processo amplo de transformação social, que visava à redistribuição das riquezas. Porém, durante a ditadura militar (1964-1985) houve um reducionismo nessa concepção, de modo que a desapropriação das terras improdutivas praticamente não ocorreu.

É nesse contexto que surge, nos anos pós-ditadura, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem como objetivo lutar pela redistribuição das terras no Brasil e por mudanças sociais profundas. Assim, a criação do MST, em 1984, representou um novo espaço de resistência no cenário brasileiro. Para Indursky



(1999), o surgimento do MST propiciou uma discussão sobre os lugares políticos já consolidados na cena política brasileira, tais como *propriedade rural e latifúndio*. Este movimento, ao autodenominar-se de movimento dos trabalhadores *sem terra*, construiu discursivamente um novo lugar político, mesmo que pela modalidade negativa. Ao lado dos *proprietários rurais* e dos *latifundiários*, os *sem-terra* posicionaram-se como um novo sujeito discursivo.

Conforme analisa Foucault (1979), as relações de poder não devem ser entendidas unicamente como algo instituído, mas também como um poder periférico que atravessa as relações no “microtecido” do social. O poder é algo que se exerce, que se efetua por meio de uma relação. E onde há poder, há resistência. Não um lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a estrutura social.

Dessa forma, os *sem-terra* mobilizaram-se, estabelecendo uma estratégia política que visa conquistar seu acesso à terra, procurando viabilizar uma tarefa da qual o governo não dá conta – a reforma agrária. Tal política consiste em localizar terras consideradas improdutivas e ocupá-las, pressionando o governo a agir.

Ao efetuar essa prática política, o MST desencadeia uma prática discursiva que repõe a reforma agrária na pauta do discurso político brasileiro, questionando a eficácia das ações governamentais. Esse fato gera uma relação de discursos em tensão: o discurso do governo, o discurso dos proprietários rurais e o discurso dos *sem-terra*. Por serem produzidos de lugares políticos diferentes, esses discursos remetem a formações ideológicas distintas, a depender dos sujeitos sociais envolvidos.

Desse modo, pode-se considerar que a narrativa jornalística posiciona-se entre esses diferentes discursos, podendo assumir a ideologia de um ou outro sujeito. No caso da matéria analisada, é evidente que o discurso dos proprietários de terra é valorizado em detrimento do discurso dos *sem-terra*. Trata-se, pois, de analisar o discurso *sobre* os *sem-terra* e não o discurso dos *sem-terra* propriamente dito. Consequentemente,

a comunicação e a informação passam a ser alavancas poderosas para expressar e universalizar a própria vontade e os próprios interesses dos que detêm os Meios de Comunicação. O monopólio da propriedade privada, os latifúndios, se prolongam no monopólio do poder político como dominação e passam a abranger (...) o monopólio dos Meios de Comunicação Social, a serviço da dominação ideológica (GUARESCHI, 2004, p. 19).



5. Considerações Finais

O discurso é uma forma de ação, pois toda enunciação discursiva constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, etc.) que visa modificar uma situação ou provocar efeitos nos destinatários (MAINGUENEAU, 2001). Além disso, do mesmo modo que o contexto social interfere nos sentidos do discurso, também o discurso contribui para definir seu contexto, podendo modificá-lo no curso da enunciação.

O discurso jornalístico, portanto, constrói modelos de compreensão da realidade que, em sua maioria, se sustentam a partir da ideologia dominante. Mariani (1999) afirma que a imprensa atua no mecanismo de institucionalização e naturalização dos sentidos, apagando alguns processos históricos em detrimento de outros. A matéria da revista *Veja* analisada, por exemplo, elimina quase inteiramente o quadro de referências históricas do MST, limitando-se aos atos de violência praticados pelo movimento.

Nesse sentido, embora o discurso jornalístico se pretenda objetivo, o seu caráter ideológico sempre está presente. Na reportagem considerada, o MST é enquadrado de forma criminosa e situado à margem da sociedade. Embora o enunciador se aproprie do discurso do outro para produzir o acontecimento jornalístico, a sua subjetividade não deixa de estar presente, seja na organização do texto, na escolha das fontes ou mesmo nas expressões utilizadas. Objetividade não é, portanto, ausência de subjetividade: é antes uma representação que o discurso jornalístico pretende assumir, a fim de legitimar a validade daquilo que se enuncia.

6. Referências

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 6. ed. São Paulo: Summus, 2008.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e controle social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.



INDURSKY, Freda. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PERUZZOLO, Adair Caetano. **Elementos de semiótica da comunicação: quando aprender é fazer**. Bauru: EDUSC, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. v. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.